



**Espacio, Tiempo y Educación**  
E-ISSN: 2340-7263  
jlhhuerta@mac.com  
FahrenHouse  
España

Reis Torgal, Luís  
A Universidade em Portugal em período de transição para a democracia e para o neoliberalismo  
Espacio, Tiempo y Educación, vol. 2, núm. 2, julio-diciembre, 2015, pp. 155-171  
FahrenHouse  
Salamanca, España

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477447182008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

**Cómo referenciar este artículo / How to reference this article**

Torgal, L. R. (2015). A Universidade em Portugal em período de transição para a democracia e para o neoliberalismo. *Espacio, Tiempo y Educación*, 2(2), 155-171.  
doi: <http://dx.doi.org/10.14516/ete.2015.002.002.008>

# *A Universidade em Portugal em período de transição para a democracia e para o neoliberalismo*

## *The University in Portugal during the transition to democracy and neoliberalism*

**Luís Reis Torgal**

e-mail: [lreistorgal@gmail.com](mailto:lreistorgal@gmail.com)

*Universidade de Coimbra. Portugal*

**Resumo:** A história da Universidade em Portugal tem um momento de grande importância na transição para a democracia na década de 1970-1980. Todavia, se se pode falar em algumas reformas internas, experiências reformistas estatais (com a criação de novas universidades e escolas do ensino superior) e lutas importantes dos estudantes contra a ditadura no âmbito do governo de Marcello Caetano (1968-1974) –continuação do Estado Novo de Salazar, o «fascismo de cátedra»-, o certo é que depois da «Revolução dos Cravos», de 25 de Abril, há também uma tentativa mal planeada e não conseguida de constituir uma «Universidade política» de influência marxista, que acompanha a fase mais extremista da Revolução. Com a Constituição de 1976, de cunho democrático ocidental, e com os primeiros governos constitucionais, o ensino superior consolida-se no nosso sistema binário, universitário e politécnico. Há, contudo, também, indícios da tendência no sentido de um sistema neoliberal de ensino, anuncianto a fundação de muitas universidades e institutos particulares. O nosso artigo tem por objectivo provar esta evolução complexa. Por isso ultrapassa em certas análises o decénio de 70 do século XX, chegando mesmo ao actual século XXI, caracterizado por uma universidade em crise, que nos leva a perguntar: Que Universidade?

**Palavras chave:** universidade; Portugal; ensino superior; democracia; neoliberalismo; década de 1970-1980; transição.

**Abstract:** The history of the University in Portugal lives a moment of great relevance in the transition to democracy in the decade 1970-1980. Under the Marcello Caetano government (1968-1974) –the continuation of the New State of Salazar, the «fascism of the professorship»— there were some internal reforms, state reform experiences (with the creation of new universities and schools of higher education) and important struggles of students against the dictatorship; after the «Carnation Revolution» of April 25, there was also a poorly planned and not achieved attempt to draw a «political university» of Marxist influence, with the intention to accompany the extreme phase of the revolution. With the 1976 Constitution, based on a democratic nature of Occidental countries, and the first constitutional governments, higher education has been consolidated in our binary system, made by university and polytechnic. However, there is also evidence of the trend towards a neoliberal education system, announcing the foundation of many universities and particular institutes. In order to discuss this complex evolution, the article exceeds the decade of the 70s of the XX century, even to the current XXI century, characterized by the crisis of the universits, which leads us to ask: Which University?

**Keywords:** university; Portugal; higher education; democracy; neoliberalism; decade 1970-1980; transition.

Recibido / Received: 17/03/2015

Aceptado / Accepted: 28/04/2015

## 1. O «Marcelismo»: «renovação na continuidade» do Estado Novo ou tentativa de «transição»?

O ano de 1970 poderia ser considerado uma data de «transição» da vida política portuguesa. Em Lisboa, no dia 27 de Julho, morria António de Oliveira Salazar, fundador do Estado Novo ou, se assim o entendermos, do «fascismo à portuguesa» (Torgal, 2009, vol. I, pt. I, caps. V e VI). Mas, na verdade, só simbolicamente se trata de uma data importante, pois o momento mais significativo, apesar da continuidade, dera-se cerca de dois anos antes, ou seja, na altura em que o «Chefe», ou presidente do Conselho de Ministros do sistema fundado em 1932-1933, tivera a sua morte política, que lhe sobreveio a uma queda. Mais precisamente: em 27 de Setembro de 1968 Marcello Caetano, como Salazar (da Universidade de Coimbra) também professor da Faculdade de Direito, mas em Lisboa, tomou posse da pasta de presidente do ministério, podendo dizer-se que continuava assim o «fascismo de cátedra», como caracterizou Unamuno o sistema português (Unamuno, 1935).

Então dera-se a mais dura e radical luta estudantil, em 1969, que se sucedeu ao francês Maio de 68, e José Hermano Saraiva, que fora ministro da Educação de Salazar mantendo as suas ideias e práticas repressivas, já dera o seu lugar a José Veiga Simão, que havia sido professor da Faculdade de Ciências de Coimbra e reitor da Universidade de Lourenço Marques (actual Maputo), na «província ultramarina» (em linguagem oficial do regime) ou «colónia» de Moçambique.

«Renovação na continuidade» foi a expressão com que Marcello Caetano, nas suas origens ideológicas mais próximo do fascismo italiano do que Salazar, caracterizara esta nova fase do regime (Caetano, 1971), atribuindo-lhe também –o que, embora o pareça, não contradiz esse carácter fascista– o título de «Estado Social» (Caetano, 1970; Torgal, 2013). Este aspecto «social», de tipo corporativo (recorda-se que o fascismo italiano tem um sentido «social», pela via corporativa), e o carácter moderno e práctico do ministro Veiga Simão (o pragmatismo caracterizou também o «fascismo») fizeram afinal com que em matéria de Educação se possa falar de «transição», neste período de 15 de Janeiro de 1970, ano da tomada de posse do novo ministro da Educação Nacional, a 25 de Abril de 1974. Recorde-se, aliás, que Veiga Simão, apesar de se integrar no marcelismo, alegou ter uma inclinação democrática social, pelo que veio a ser embaixador de Portugal nas Nações Unidas (1974-1975), deputado do Partido Socialista na Assembleia da República (1983-1985), ministro da Indústria e Energia (1983-1985) e Ministro da Defesa Nacional (1997-1999) de governos socialistas. Não voltou, como professor, à Universidade de Coimbra, de que era originário, da secção de Física, mas manteve o interesse pelo ensino, razão pela qual uma das obras recentes sobre o tema tem a sua autoria (Simão, 2003).

O marcelismo teve, de resto, pelo menos no início, uma tendência tecno-crática e de desenvolvimento económico, não só confirmada pela entrada para o governo de alguns elementos dessas áreas (por outro lado, destaque-se que foi então que assumiu a função de uma secretaria de Estado a primeira mulher), como autorizando a formação de um grupo de estudos independente no domínio da reflexão económica e social, a SEDES (Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social), cuja aprovação foi solicitada em 25 de Fevereiro de 1970, agrupando franjas de áreas políticas separadas do salazarismo duro e decadente, desde os «tecnocratas» e elementos da «ala liberal» a alguns sectores mais moderados da oposição democrática.

Nessa altura verificou-se também uma certa tendência para a chamada «democratização do ensino» que cada vez mais se tornaria notória no próprio ensino superior. Numa população, *grosso modo*, de cerca de 9 milhões de habitantes, passa-se de cerca de 38.500 estudantes do ensino superior em 1968, no fim da era de Salazar, para cerca de 58.500 em 1974, ano da revolução democrática do 25 de Abril. Mesmo que se diga que a chamada «liberalização» política foi arrefecendo ao longo dos seis anos de duração do marcelismo, note-se que, no seu final, Veiga Simão criou novas universidades e um instituto superior que ainda hoje é o único a manter um estatuto universitário de autonomia. Referimo-nos neste caso ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), fundado em 15 de Dezembro de 1972. Seguem-se então, em 1973, ao mesmo tempo, quatro universidades novas: a Universidade Nova de Lisboa, que deveria ser uma universidade piloto de investigação e ensino, a Universidade do Minho (que se formou com dois pólos, um em Braga e outro em Guimarães), a Universidade de Aveiro e a Universidade de Évora (que veio a considerar-se herdeira histórica da Universidade que existiu dos meados do século XVI aos meados do século XVIII). Estas três últimas, que se organizaram por departamentos e não por facultades (ao contrário da Universidade Nova de Lisboa, onde os departamentos têm, todavia, grande importância), tinham inicialmente um sentido essencialmente tecnológico. Portanto, Veiga Simão procurou, fundamentalmente, renovar o espírito da Universidade no sentido da inovação, da experimentação e da acção tecnológica. No mesmo âmbito, a Universidade de Coimbra (a mais antiga do país, que tem as suas origens em 1290), de estrutura essencialmente «clássica», passou a ter cursos de carácter prático e tecnológico. Foram assim criados, em 1972, a Faculdade de Economia e os cursos completos de Engenharia, de que até então apenas se leccionavam os preparatórios, passando a Faculdade de Ciências a apelidar-se de Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCTUC). As outras universidades já existentes, antes deste surto de novas universidades, eram as universidades de Lisboa e do Porto (1911), a Universidade Técnica de Lisboa (1930) e as universidades ultramarinas de Angola e Lourenço Marques (Moçambique), só criadas na década de 60.

Todavia, não se pense que mesmo nesta área do ensino superior abrandou o carácter repressivo do renovado Estado Novo. A autonomia democrática das associações académicas foi posta em causa. Assim se passou em Coimbra, em que, depois de uma comissão instaladora ter restabelecido a autonomia da velha Associação Académica (cujas origens datam de 1887), extinta depois das movimentações académicas de 1969, e após a eleição de uma nova direcção (1971), ela foi encerrada (1972), tendo sido presos alguns dos seus membros, pertencentes ao Partido Comunista. Alguns desses estudantes, bem como alguns outros de Lisboa, que participaram activamente nas lutas estudantis de 1962 e de 1969, haveriam, já formados ou não, de participar no Congresso da Oposição Democrática de Aveiro de 1973 e nas eleições para a Assembleia Nacional desse mesmo ano (Lemos e Torgal, 2009 e 2012). O próprio ministério de Veiga Simão ficou também tristemente conhecido pela criação, em 1973 (decreto-lei n.º 18/73, de 17 de Janeiro), praticamente nas universidades de Lisboa e do Porto (na Universidade de Coimbra existia já, com uma função muito diferente, a categoria tradicional dos «archeiros», assim chamados devido a uma espécie de lança que ainda usam nas cerimónias universitárias, que eram e são a sobrevivência da Policia Académica) dos «vigilantes», conhecidos por «gorilas» na gíria dos estudantes da oposição, no quadro do pessoal auxiliar, o que provocou um forte movimento de contestação estudantil. Assim, alguns meses volvidos verificou-se a retirada destes funcionários dos estabelecimentos onde foram colocados.

Entretanto, à margem do governo, nos órgãos do Estado ou nas universidades, verificavam-se algumas tentativas de reforma normalmente falhadas. Deve destacar-se pelo seu significado a posição da «ala liberal» (sector da União Nacional depois chamada Acção Nacional Popular, o partido único do sistema político autoritário, que foi também o único a ter representação na Assembleia Nacional) em defesa de novas concepções de Universidade. Foi representante deste movimento o deputado e professor da Faculdade de Medicina de Lisboa João Pedro Miller Guerra (1970). Nas universidades, alguns docentes lutavam também pela renovação das escolas, com os seus escritos e as suas tentativas reestruturadoras, como é o caso de Silva Dias na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que publicou internamente vários polémicos documentos (Dias, 1971, entre outros). Mesmo nesta Universidade o reitorado de Gouveia Monteiro (1970-1971) tem o sentido de renovação, ainda que mais no domínio simbólico do que real, e de pacificação da vida académica.

Por outro lado, pode dizer-se que só então, pelo menos na prática, se verificou uma abertura ao regime, até aí exclusivo, da «Universidade pública», com o aparecimento de uma outra categoria de Universidade, não propriamente particular, mas representante de outro Estado, o Estado do Vaticano: a Universidade Católica Portuguesa. Foi afinal a concretização de uma luta que vinha de longe,

com a formação de instituições que anunciam a sua criação (nomeadamente em Braga, «cidade importante no domínio eclesiástico») e com a afirmação por militantes católicos do direito de a fundar baseado na Concordata do Estado com a Santa Sé de 1940 (artigo XX). No entanto, devido a uma afirmação de separação do Estado das igrejas consignado no artigo 46.º da Constituição de 1933 e, na prática, a uma concepção estatista que se manteve com a actuação governamental –e apesar de se ter criado uma verdadeira oposição (por vezes arraigadamente de direita) ao regime, por não se autorizar a organização da Universidade Católica (Aguiar, 1951)–, só no fim do governo de Salazar, em 1967, se afirmam verdadeiras realizações tendentes à sua formação e só em 29 de Novembro de 1968, no marcelismo, foi inaugurada em Lisboa a sua sede. Mas apenas em 15 de Julho de 1971 (decreto-lei n.º 307/71) o Estado a reconheceu e somente em 1972 surgiu nela o primeiro curso não eclesiástico, integrado na Faculdade de Ciências Humanas, o curso de Ciências Empresariais (ver *site* Universidade Católica Portuguesa).

Portanto, o governo de Marcello Caetano simbolizou, por assim dizer, uma espécie de tentativa de «democratização», de «liberalização» e de «modernização» do Ensino Superior, ainda que incompleta, devido à própria ideologia do regime e às forças de resistência, que se mantinham no Estado e fora dele, nomeadamente nas universidades já existentes. Pode dizer-se que o presidente da República, almirante Américo Tomás, que foi reeleito em 1972 por um colégio eleitoral formado exclusivamente por apoiantes do Estado Novo (abandonando-se assim, devido à revisão da Constituição em 1971, lei n.º 3/71, de 3 de Agosto, o sufrágio directo dos eleitores com direito a voto), simbolizou essa força reaccionária, pelo que foi também chamado ao marcelismo, por Francisco Sá Carneiro, um dos elementos da «ala liberal», um tempo de «liberalização bloqueada» (Carneiro, 1972).

## 2. O 25 de Abril, o PREC e a derrota da concepção de uma «Universidade política»

O 25 de Abril de 1974 não representou, como em Espanha, um período de «transição» (*transición*), mas de «revolução». Revolução militar, teve, no entanto, um apoio popular e desenvolveu-se não só devido ao Movimento das Forças Armadas (MFA), mas aos partidos já existentes na clandestinidade, o Partido Comunista Português, cujo secretário-geral era Álvaro Cunhal, e o Partido Socialista, de Mário Soares, já que os outros principais partidos só vieram a organizar-se posteriormente, ainda que antes existissem também algumas formações de esquerda radical.

Durante o período a que se chamou vulgarmente PREC (Processo Revolucionário em Curso), que, na verdade, se manifestou até ao movimento de

contra-revolução e de tentativa de estabilização da democracia e de finalização da Constituição, de 25 de Novembro de 1975, os movimentos mais revolucionários, constituídos pelo PCP e por forças mais radicais, que, todavia, tinham estratégias diferentes, procuravam ocupar e dirigir todas as estruturas –comandos militares, meios de comunicação, instituições diversas, fábricas e campos (reforma agrária)– com a finalidade de o processo revolucionário vir a formar um Estado Socialista. Isto, apesar de se encontrar reunida, desde 2 de Junho de 1975, a Assembleia Constituinte, onde o PCP tinha assento, bem como um deputado da minoria extremista, que se apresentava como uma ultra-esquerda unida, a União Democrática Popular (UDP). Entretanto, se se desejava criar uma democracia avançada, de tipo socialista ou mesmo comunista (sem negar nunca, pelo menos formalmente, o carácter pluripartidário), procedia-se a um processo de descolonização rápido, devido ao cansaço das forças armadas (de que faziam parte estudantes e licenciados) em manter uma guerra que durava há mais de dez anos e à influência da ideologia anticolonial que era muito forte entre as forças políticas mais presentes, que tinham uma ligação aos movimentos e partidos independentistas do «Ultramar» ou das «Colónias». Alguns desses elementos mais escolarizados e com formação universitária haviam-se formado, de resto, nas universidades da «metrópole», tendo passado mesmo por uma organização do regime, a Casa dos Estudantes do Império (1944-1964), com sede em Lisboa e com delegações em Coimbra e no Porto (Rosas, 1997).

Neste período procurou concretizar-se, tanto quanto possível, uma «Universidade política» integrada na ideologia marxista. Desta tentativa, e dos movimentos estudantis radicais que surgiram, aproveitaram-se, de forma oportunista, muitos estudantes que tiveram uma «passagem administrativa», ou seja, uma aprovação automática que lhes foi concedida no final do ano lectivo de 1973-1974, ao mesmo tempo que terminava nas Faculdades de Letras a tese de licenciatura, o que acabou por criar muitos «licenciados» que até aí eram apenas considerados «bacharéis». Um «ano cívico» –para que os estudantes pré-universitários pudessem contactar com o país real– foi uma das experiências realizadas, que em breve iria terminar. Mas, acima de tudo, verificou-se então a mudança de reitores das universidades e de directores das facultades e uma tentativa de «saneamento» de professores considerados «fascistas» em assembleias gerais de facultades, que, na prática acabaram por não ser demitidos, perdendo, todavia, o ténue vínculo às instituições alguns assistentes, isto é, os docentes que tinham uma ligação mais precária às suas escolas e que apoiavam o serviço docente de professores catedráticos. Ao mesmo tempo, autoconstruíam-se novos currículos escolares por comissões *ad hoc*, bem marcados, sobretudo nas áreas de ciências sociais, pela ideologia marxista. Neste contexto, verificaram-se muitas aparentes «mudanças ideológicas», dado que, especialmente docentes salazaristas ou de «direita» ou

que, pelo menos, manifestavam concepções conservadoras, votavam em sufrágio aberto pelas posições mais radicais.

Mas, a pouco e pouco, foi-se criando, embora com alguma contestação, uma certa estabilização, à medida que as condições políticas também se alteravam e se procurava enveredar por uma via democrática de tipo «occidental». Manteve-se, no entanto, até entre os partidos colocados mais à direita, que se consideravam sociais-democratas ou defensores de uma democracia cristã, uma ideologia que se dizia socialista ou social. A Constituição –a última sessão da Assembleia Constituinte efectua-se em 12 de Janeiro de 1976– tem, por isso, como veremos, um carácter híbrido. No dia 25 de Abril de 1976 realizam-se as primeiras eleições constitucionais, vencendo o Partido Socialista (PS) com 34% dos votos, obtendo o Partido Popular Democrático (PPD) 24,35%, o Centro Democrático Social (CDS) 15,98%, o Partido Comunista (PCP) 14,39% e a União Democrática Popular (UDP) 1,35%. Apesar da instabilidade que se verificou ainda nos anos seguintes, pode dizer-se que desapareceu a veleidade de uma governação com carácter sistémico socialista ou mesmo comunista, podendo dizer-se que se foi afirmando cada vez mais uma democracia formal estabilizada e, depois, uma ideologia neoliberal e tecnocrática, que se verificou sobretudo depois da integração na Comunidade Europeia em 1986, mas especialmente depois do governo de Aníbal Cavaco Silva, actual presidente da República, que esteve à frente do Governo de 1985 a 1995.

Deste modo, foi-se extinguindo a ideia de uma «Universidade política» e a vida do Ensino Superior virá a estabilizar-se, sobretudo depois de 1976. Entretanto, durante o PREC, a tentativa de um ministro da Educação mais esclarecido, o historiador Vitorino Magalhães Godinho, que se manifestara antes do 25 de Abril por uma via democrática de tipo socialista (Godinho, 1969), para planificar (por uma via renovadora) o ensino, nos seus diferentes graus (Godinho, 1974), foi derrotada pelos acontecimentos. Magalhães Godinho foi ministro da Educação nos tempos mais inconstantes do processo revolucionário, ou seja, no curto período de 17 de Julho a 29 de Novembro de 1974 (durante o I Governo Provisório, do jurista Adelino da Palma Carlos, e o início do II Governo Provisório, que se prolongaria por mais três, do militar Vasco Gonçalves, iniciador de um tempo de extremismo, conhecido por «gonçalvismo», que só terminaria em Setembro de 1975, no fim do que ficou conhecido por «Verão quente»).

### 3. O reformismo universitário: de uma concepção social a uma ideologia neoliberal

Nos dois governos socialistas de Mário Soares, de 1976 a 1978 (I e II Governos Constitucionais), cujo ministro da Educação foi o professor de Filosofia Mário de Sotomayor Cardia (ver Magalhães, 2006), verificou-se a saída de legislação reformista de grande significado, sobretudo no que toca ao ensino superior, no âmbito das mudanças curriculares e da gestão democrática das faculdades (decreto-lei n.º 781/76, de 28 de Outubro), que foi posta em prática, pondo termo à nomeação de conselhos directivos nomeados *ad hoc*. No entanto, apesar de se ter verificado uma mudança de reitores tendente ao afastamento de personalidades em certos casos próximas de uma ideologia política de tipo «marxista de sistema», o certo é que a lei de autonomia das universidades, conhecida por «magna carta das universidades portuguesas», que ditou a eleição democrática dos reitores e de toda a organização universitária de gestão, só saiu da Assembleia da República em 1988 (lei n.º 108/88, de 24 de Setembro), no tempo do governo do PPD gerido por Aníbal Cavaco Silva, sendo presidente da República Mário Soares.

Entretanto, foram sendo fundadas diversas universidades do Estado: a Universidade dos Açores, no arquipélago com o mesmo nome e distribuída por três ilhas e três cidades (Ponta Delgada na ilha de São Miguel, Angra do Heroísmo na ilha Terceira e Horta na ilha do Faial), foi criada em 1976 como «instituto universitário», só sendo promovida a «Universidade» em 1980. O mesmo sucedeu com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, distribuída inicialmente por três cidades do interior norte (Vila Real, Chaves e Miranda do Douro), embora recentemente tivesse sido extinto o pólo de Miranda: foi fundada em 1979, mas só convertida em «Universidade» em 1986. Também em 1979 foi fundada a universidade do Algarve, em Faro, no litoral sul.

Só mais tarde foram criadas as outras universidades portuguesas. Em 1986 surgiu a Universidade da Beira Interior (UBI), situada na Covilhã, cidade de tradições industriais, no centro interior. Finalmente, em 1988 foram estabelecidas a Universidade Aberta, sediada em Lisboa, vocacionada para o ensino à distância, e a Universidade da Madeira, na ilha do mesmo nome.

Claro que estas várias universidades pública –no total de catorze (ou treze, tendo em conta a junção, em vias de consolidação, da Universidade de Lisboa e da Universidade Técnica de Lisboa), para além do independente Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE — têm as suas características próprias com uma população escolar bem diferente (de cerca de 3.000 alunos, na Universidade da Madeira a mais de 32.000 na do Porto), embora estejam sempre

em evolução ou em vias de crise. Pode dizer-se, porém, que todas acabaram por ser enleadas pelo canto da sereia do neoliberalismo, sobretudo neste século XXI, aproximando-se, umas mais outras menos, da ideia da «Universidade empresa» (*Entrepreneurial University*).

As universidades e institutos de ensino superior particulares, que em Portugal quase não existiam até aos anos 80 e que começaram a aparecer nessa década, deram o tom a um sistema que veio a confirmar-se com uma gestão de tipo empresarial aplicada pela lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, conhecida legalmente como «Regime jurídico das instituições do ensino superior» (RJIES), confirmada pela Assembleia da República durante o governo socialista de José Sócrates e a presidência da República de Cavaco Silva. Esta lei pôs termo à gestão democrática da lei de autonomia das universidades atrás citada, que supunha a afirmação de uma gestão participativa de professores, estudantes e funcionários, passando –a nosso ver– a existir uma gestão democrática formal, para-empresarial e burocratizada.

Entretanto, surgira um outro ramo do ensino superior: o ensino politécnico. Já previsto na Lei de Bases da Educação Nacional de 1973 (lei n.º 5/73, de 25 de Julho), do governo de Marcello Caetano e durante o ministério de Veiga Simão (Casulo, 1988), que pretendia aproveitar e transformar as escolas existentes de «ensino médio» de educação, agrícola, industrial e comercial, e criar outras. Mas na verdade, o «ensino superior de curta duração» –como inicialmente se veio a chamar– só veio a ser criado em 1977, pela legislação de Sottomayor Cardia (decreto-lei n.º 427-B/77 de 14 de Outubro de 1977), passando a designar-se por «ensino superior politécnico em 1979» (decreto-lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro). Inicialmente este tipo de ensino só concedia o grau de «bacharel», mas o sistema foi-se transformando, passando a conceder o grau de «licenciado» e, depois, de «mestre» (grau criado, com os respectivos cursos, nos inícios dos anos 80). Além disso vieram a multiplicar-se estes institutos pelas várias regiões do país, dificilmente se distinguindo das universidades, numa organização de ensino superior «binário», mesmo quando a legislação o pretendeu distinguir, como sucedeu com a chamada RJIES, já citada. Pode mesmo dizer-se que num sistema de ensino de concorrência, numa sociedade pragmática, se verificou o que chamamos a «universitarização» do ensino politécnico e a «politecnicização» do ensino universitário.

As universidades e os institutos politécnicos privados vieram a surgir um pouco por todo o lado vindo a reunir-se as suas direcções numa organização chamada APESP (Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado). Verificou-se, porém, o reforço da importância «pública» da Universidade Católica, com a integração do reitor dessa Universidade –ao invés das privadas– no Conselho

de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), criado pelo decreto-lei n.º 107/79, de 2 de Maio de 1979, depois revisto.

Por outro lado, a organização da investigação científica ia tendo também as suas alterações substantivas, acompanhando o processo de globalização –não é o mesmo que o processo de internacionalização comunitária (o qual deveria constituir a essência da Ciência, da Cultura e da Universidade)– que se verifica na Europa e no Mundo, com uma clara dependência em relação a potências mais fortes, com um sistema de comunicação feito através de uma língua que se afirma como universal, o Inglês (numa lógica menos de «meio de comunicação» do que de «imperialismo cultural», arredando cada vez mais a ideia democrática de pluriculturalismo) e com uma ideologia pragmatista e conformista, que tem afastado, na prática, pelo menos em casos onde se afirma uma consciência crítica, a importância das ciências sociais e das humanidades, que, entretanto, se vão integrando, devido à força do «sistema», numa «civilização do espectáculo» (Llosa, 1912/1914).

O reformismo em matéria de organização da investigação científica verifica-se também no pós 25 de Abril, mas ainda durante o VI e último Governo Provisório, na altura em que governava, interinamente, o comandante da Marinha Vasco Almeida e Costa e era ministro da Educação e da Investigação Científica outro militar, Vítor Alves. Foi então fundado o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), em 9 de Julho de 1976 (decreto n.º 538/76), que veio substituir o Instituto de Alta Cultura, que datava do Estado Novo de Salazar. Existia, porém, desde 1967, a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), ligada à Presidência do Conselho de Ministros com objectivos de coordenação e representação científica a nível internacional, mais ligada à investigação no âmbito das ciências exactas e naturais e à tecnologia, que teve como primeiro presidente um cientista cotado (com vários diplomas obtidos em Portugal e em França, onde se doutorou em Astrofísica) e que fora ministro da Educação, de 1955 a 1961, Francisco Leite Pinto. Tanto uma como outra foram extintas na década de 90, sendo criada em 1997 (pelo decreto-lei n.º 188/97, de 28 de Julho) a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), pouco depois de ter aparecido no quadro governamental, pela primeira vez, o Ministério da Ciência e Tecnologia (1995), separado do Ministério da Educação, assumido por um professor engenheiro e cientista do Instituto Superior Técnico, Mariano Gago, que fora presidente da JNICT.

Para além de uma reestruturação significativa em matéria científica, iniciou-se então a primeira avaliação das unidades de investigação, por equipas organizadas em Portugal com a colaboração de um corpo de estrangeiros, escolhido pelos coordenadores das diversas especialidades, com o acordo das

instâncias governamentais dedicadas à Ciência. Hoje a FCT, exprimindo os sinais dos tempos, encarregou para avaliar essas unidades de investigação, que foram intencionalmente reduzidas por razões financeiras mais do que por motivos de avaliação científica, uma fundação existente fora de Portugal, a *European Science Foundation* (<http://www.esf.org/>), cujo trabalho tem sido muito contestado.

#### **4. A Constituição de 1976 e as suas contradições em matéria de ensino**

A Constituição de 1976 é bem comprovativa de um sistema político híbrido, o que também se verifica na área de ensino. De resto, as revisões da Constituição acompanharam a transformação da sociedade portuguesa que, partindo de uma lógica de democracia social se foi transformando numa concepção de democracia formal de tipo neoliberal. Mas, mesmo assim, a Constituição, que só não foi aprovada pelo CDS, continua a merecer vivas críticas, surgindo não somente a ideia de mais uma vez a rever, como até, ocasionalmente, a intenção de a substituir por outra menos politizada e mais «consensual». Independentemente de algumas razões objectivas, o que parece estar em causa nessa posição –segundo o nosso entendimento– é afinal a sua transformação numa Constituição neoliberal, ajustando assim a lei à realidade europeia e mundial.

Analizando a Constituição na sua origem, tal como foi aprovada em 1976, pode dizer-se, portanto, que nela se verifica uma lógica democrática, ou melhor, demoliberal, ainda que, em certos casos, contraditoriamente, com uma terminologia marxista ou «marxiana».

A terminologia revolucionaria no seu Preâmbulo é evidente. Para além de afirmar que o MFA em 25 de Abril de 1974, «coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista», considera como propósito primeiro «libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo», afirmando ainda que o movimento «representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa». A finalizar, aprofundando este intuito, salienta que a Constituição pretende não somente conceder ao povo português a restituição dos seus «direitos fundamentais», mas também «assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista».

Entre os «direitos, liberdades e garantias» lá está afirmada, em termos gerais, a liberdade de ensino, expressa no n.º 1 do artigo 43. («É garantida a liberdade de aprender e ensinar»), afirmando-se a sua aconfessionalidade (artigo citado, n.º 3), e a incapacidade de o Estado impor um «sistema»: «O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, ideológicas ou religiosas» (n.º 2). Ultrapassou-se,

assim, a eventual intenção de se constituir uma «Universidade política», mas abria, por outro lado, caminho à formação de universidades particulares, praticamente inexistentes, ao contrário do que passava com escolas de ensino primário e secundário.

Assim, a Constituição, no artigo 75.º («Ensino público e particular»), embora considerasse que o ensino público era fundamental, conformava a possibilidade de formação de escolas particulares, que considerava, no entanto, um ensino «supletivo» e sempre sujeito à fiscalização estatal (fiscalização que se veio a verificar de modo meramente formal, sobretudo depois de se estatuir a paridade das duas formas de ensino): «1) O Estado criará uma rede de estabelecimentos oficiais de ensino que cubra as necessidades de toda a população. 2) O Estado fiscaliza o ensino particular supletivo do ensino público».

Estava aberto, constitucionalmente, o processo que levou à formação das universidades privadas, a partir (como se disse) da década de 80, resultante de uma dinâmica empresarial ou «cooperativa», mas também, em boa parte, de as universidades públicas não terem conseguido dar resposta à chegada de mais alunos ao ensino superior (em 1980-1981 eram mais de 84.000, sendo apenas pouco mais de 8.000 do ensino particular), motivo por que se iniciou então um regime de *numerus clausus* (Torgal e Rodrigues, 1987), ou seja, a fixação de um número preciso de ingressos para cada curso, em cada ano lectivo, que iria vigorar até hoje, embora com alterações sucessivas ao processo inicial.

O artigo 76.º afirmava já essa concepção de *numerus clausus*, embora então ainda com uma linguagem «trabalhista»: «O acesso à Universidade deve ter em conta as necessidades do país em quadros qualificados e estimular e favorecer a entrada dos trabalhadores e dos filhos das classes trabalhadoras».

Nessa mesma concepção, a alínea d) do artigo 74.º garantia a todos os cidadãos, de acordo com as suas capacidades, «o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística», e a alínea e) condicionava o Estado a «Estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino».

Quanto à investigação científica, ainda se afirmava uma ideia basilar de independência nacional numa concepção de cooperação internacional. Literalmente propunha-se desenvolver uma «política científica e tecnológica», com o incentivo e a protecção do Estado, «tendo em vista a progressiva libertação de dependências externas, no âmbito da cooperação e do intercâmbio com todos os povos» (artigo 77.º, 1 e 2).

Para além disso, não se esquece a obrigação de o Estado «defender e valorizar o património cultural do povo português» (artigo 78.º) e de reconhecer «o direito

dos cidadãos à cultura física e ao desporto, como meios de valorização humana, incumbindo-lhe promover, estimular e orientar a sua prática e difusão» (artigo 79.º).

Sucessivas revisões constitucionais (em 1982, 1989, 1992, 1997, 2001, 2004 e 2005) vieram alterar a letra e o sentido da Constituição. No que diz respeito ao ensino, apagaram-se, obviamente, todas as menções «trabalhistas» e acentuaram-se, embora de uma forma genérica, as incidências que comprovavam a relação da Universidade e do ensino com uma lógica de competitividade, que caracteriza de uma forma explícita a sociedade de hoje, movida por uma concepção neoliberal e globalizadora. Assim, só para dar alguns exemplos, a actual versão constitucional, referindo-se ao *numerus clausus*, embora sem o citar directamente, passou a ter o seguinte texto: «O regime de acesso à Universidade e às demais instituições do ensino superior garante a igualdade de oportunidades e a democratização do sistema de ensino, devendo ter em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do país».

E acrescentou, aliás desde a revisão de 1997, ao artigo 73.º, o número 4, que diz: «A criação e investigação científicas, bem como a inovação tecnológica, são incentivadas e apoiadas pelo Estado, por forma a assegurar a respectiva liberdade e autonomia, o reforço da competitividade e a articulação entre as instituições científicas e as empresas».

Por sua vez, também desde 1997 que se pretendeu assinalar o carácter de avaliação a que as universidades deveriam estar sujeitas, embora se reafirmasse o sentido da sua autonomia, que de resto também se iria transformar na sua essência. Assim, o n.º 2 do artigo 76.º passou a ter a seguinte redacção: «As universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira, sem prejuízo de adequada avaliação da qualidade do ensino».

Uma nova realidade paradigmática preparava-se, portanto, desde o final do século XX. No entanto, curiosa e contraditoriamente, mantinha-se e manteve-se a alínea e) do artigo 74.º sobre o citado estabelecimento progressivo da «gratuitidade de todos os graus de ensino», apesar de todo o complexo financeiro da Universidade e do ensino superior se ter modificado em termos de objectivos sociais, a ponto de esse artigo poder ser considerado quase como letra morta.

## 5. Conclusão

A Universidade desempenhou em Portugal um papel importante na luta contra o Estado Novo, desde o início do salazarismo (Torgal, 1999), e quanto ao período aqui especialmente visado, na sua versão marcelista, neste caso a partir 1968 até 25 de Abril de 1974, com a instauração de uma democracia que se pretendeu socialista ou, pelo menos, social. Foi isso que procurámos mostrar, nesta breve

síntese, que supunha ainda outras investigações –mesmo a leitura atenta de documentos e panfletos estudantis que conhecemos e que se encontram guardados, pelo menos, em alguns arquivos e bibliotecas– e reflexões mais profundas. Mas igualmente não escondemos que um vento de reforma e de pré-revolução passou pelo país nessa época de «continuidade» (que basicamente se manteve como uma ditadura), representado na Universidade pela continuação dos movimentos estudantis, menos significativos depois da grande crise de 1969, mas mesmo assim importantes, como pela intervenção de alguns professores que tentavam abrir a Universidade a novos métodos e outros temas de estudo ou que procuravam apresentar propostas de renovação, mesmo no interior do Estado Novo.

Após a derrota de um eventual e pouco consistente projecto para constituir uma «Universidade política» de cunho «marxista de sistema», que acompanhou um processo histórico mais radicalizado, conhecido por PREC (seria muito importante conhecer os documentos das diversas universidades dessa altura, embora tenha de reconhecer que grande parte deles deve ter sido destruído ou guardado em «arquivos particulares»), pode dizer-se que a Universidade estabilizou, com a aprovação da Constituição de 1976 e o reformismo dos primeiros governos constitucionais, numa concepção de Universidade pretensamente moderna e democrática, que viria também a ser concretizada no decénio de 80, altura em que –acrescentamos– se concretiza um processo de «feminização» crescente da Universidade, com a um maior número de mulheres do que de homens no ensino superior (Estatísticas da Educação, 1940-1941 a 2001, Instituto Nacional de Estatística, INE, [www.ine.pt](http://www.ine.pt), e Gomes, Joaquim Ferreira, 1987). Mas é certo, igualmente, que a própria Constituição e a legislação oficial, assim como a viragem à direita dos partidos do poder e a passividade da própria Universidade (com nova mudança de rumo, agora para uma linha pragmática, da ideologia dos seus professores), continham em si, depois de uma retórica pretensamente socialista ou social, uma lógica liberal que poderia facilmente tender para uma forma sistémica de neoliberalismo. Por isso os anos 80 e 90 manifestam uma tendência nesse sentido, que se tornou uma realidade cada vez mais evidente no século XXI.

Essas últimas décadas do século XX e as duas décadas do século actual (a segunda que está a terminar agora o primeiro lustre) não cabem nos limites cronológicos do tema proposto para analisar, 1970-1980, mas não as poderíamos esquecer. Daí que tivéssemos dado a este ensaio um título mais abrangente do que a simples «transição para a democracia» (*transiciones a la democracia*). Verificam-se potencialidades neoliberais que acabaram por vencer, pelo que nos resta perguntar se o neoliberalismo é ou não uma democracia, para além da democracia formal, e qual o caminho que a Universidade segue e deveria seguir (Torgal, 2012; Torgal e Ésther, 2013/14).

A Universidade hoje tem uma tendência empresarial, negando o sentido, sucessivamente, corporativo, iluminista, revolucionário liberal e democrático-social, com as suas bandeiras de autonomia, que, na verdade, não passou de uma concepção formal, de comunidade e de racionalidade crítica. Sente o peso da austeridade, com uma carência de verbas que possibilitem a renovação das suas estruturas e do seu professorado. Se possui um maior contingente de estudantes, mesmo de estudantes estrangeiros, para o qual procurava contribuir a declaração de Bolonha (1999), verificando-se assim uma maior «internacionalização», que, em boa verdade, foi sempre considerada uma das suas finalidades, sendo nomeada como «a quarta missão da Universidade» (Santos e Almeida Filho, 2012), depois da trilogia de Ortega y Gasset, de formar profissionais, produzir ciência e criar cultura (Ortega y Gasset, 1930), também é certo que, marcada pela força do pragmatismo e da «civilização do espectáculo», deixou de desenvolver suficientemente a consciência crítica. Assim, a «Declaração» citada, que tem o nome da mais antiga Universidade europeia, transformou-se, em «processo» de aquisição e de formatação de graus, fazendo perder, mesmo entre os estudantes (sempre mais irreverentes e revolucionários), num processo de massificação, a sua capacidade de crítica e levando-os a envolver-se em «praxes» passadistas e, por vezes, mesmo fundamentalistas, que levaram a desastres e a mortes, como sucedeu com escolares de uma Universidade particular de Lisboa, na praia do Meco, numa noite de Dezembro de 2013. A luta contra uma Universidade conformista (Bento, 2014) –que apenas vai esbracejando no mar da burocracia– tem, pois que partir do estudo da história da Universidade, na década de 70, mas também de anos anteriores e de anos que se seguem.

## 6. Bibliografia citada ou de referência

- Aguiar, F. de (1951). *Por uma Universidade Católica. Uma campanha do espírito*, Lisboa Sigma. Obra publicada com base nos artigos do autor do jornal de Braga, *Correio do Minho*.
- Bento, J. Olímpio (2014). *Por uma Universidade anticonformista*. Porto: Editora U. Porto.
- Caetano, M. (1970). *Estado Social*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Caetano, M. (1971). *Renovação na continuidade*. Lisboa: Verbo.
- Carneiro, F. Sá (1972). *A Liberalização Bloqueada. Entrevista conduzida por Jaime Gama e publicada no jornal República de 11 de Janeiro de 1972*. Lisboa: Moraes.
- Carvalho, R. de (1986). *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Casulo, J. C. de Oliveira (1988). As leis de bases da Educação Nacional: percurso histórico e condições de aplicabilidade, *Revista Portuguesa de Educação*, 1 (3), Universidade do Minho, CEDC, pp. 21-28.
- Dias, J. S. da Silva (1973). *A reforma da Universidade e os seus problemas*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- Estatísticas da Educação (1940-1941 a 2000-2001). Instituto Nacional de Estatística, INE, [www.ine.pt](http://www.ine.pt)
- Godinho, V. Magalhães (1969). *O Socialismo e o Futuro da Península*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Godinho, V. Magalhães (1974). *A educação num Portugal em mudança*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura.
- Godinho, V. Magalhães (1974). *Um rumo para a educação*. Lisboa: Editorial Republica.
- Gomes, J. Ferreira (1987). *A mulher na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Guerra, J. P. Miller (1970). *As universidades tradicionais e a sociedade moderna: aviso prévio efectuado na Assembleia Nacional em 14 de Abril de 1970 seguido do respectivo debate*. Lisboa: Moraes.
- Lemos, M. Matos, Torgal, L. Reis (Coords.). (2009). *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário*. Lisboa: Assembleia da República/Texto.
- Lemos, M. Matos, Torgal, L. Reis (Coords.). (2012). *Oposição e eleições no Estado Novo*. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições
- Llosa, M. Vargas (2012). *A civilização do espectáculo* (tradução portuguesa). Lisboa: Quetzal.
- Magalhães, J. Romero Magalhães (2006). Mário Sottomayor Cardia e a legislação para o Ensino Superior, *Prelo*. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda.
- Neave, G. e Amaral, A. (Eds.). (2012). *Higher Education in Portugal. 1974-2009. A nation, a generation*. Porto – New York: CIPES – Springer.
- Ortega y Gasset, J. (1930). *Misión de la Universidad*. Madrid: Revista de Occidente.
- Rosas, F. (1997). In *Mensagem*, coord. P. Borges e outros, Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, pp. 13-21.
- Santos, B. de Sousa, Almeida Filho, N. de (2008). *A Universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Almedina.
- Santos, F., Seabra Almeida Filho, N. de. *A quarta missão da Universidade. Internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. Coimbra – Brasília: Imprensa da Universidade – Editora Universidade de Brasília.

- Simão, J. Veiga (2003). *Modernização do Ensino Superior. Da ruptura à excelência.* Lisboa: Fundação das Universidades.
- Stoer, R. Stephen (1980). Realidades portuguesas e o Ensino Politécnico: um estudo da intervenção do Banco Mundial na reestruturação do Ensino Médio em Portugal. *Análise Psicológica*, 1(I), pp. 85-101.
- Torgal, L. Reis (1999). *A Universidade e o Estado Novo. O caso de Coimbra. 1926-1961.* Coimbra: Minerva.
- Torgal, L. Reis (2009). *Estados Novos, Estado Novo.* Coimbra: Imprensa da Universidade. (2 volumes).
- Torgal, L. Reis (2012). *University , Society and Politics*, Part I, Chapter 3. In Neave, G., Amaral, A. (Eds.), *Higher Education in Portugal. 1974-2009. A nation, a generation* (pp. 67-87). CIPES – Springer, Porto – New York.
- Torgal, L. Reis (2013). *Marcello Caetano, marcelismo e «Estado Social».* Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Torgal, L. Reis, & Rodrigues, A. Simões (1987). *Ingresso no Ensino Superior. Um labirinto de Creta...* Aveiro: Livraria Estante Editora.
- Torgal, L. Reis, Ésther, A. Brigato (2013/2014). *Que Universidade? Interrogações sobre os caminhos da Universidade em Portugal e no Brasil.* Juiz de Fora: Studio Editora UFJF. Edição em Portugal (Coimbra): Imprensa da Universidade.
- Unamuno, M. (1938, 3 de julio). Comentario. Nueva vuelta a Portugal. *Ahora.* Universidade Católica Portuguesa: <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplportalpag.asp?sspageID=7&lang=1>

*página intencionadamente en blanco*